

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

MORAES, Maria Dione Carvalho de. Maria Dione Carvalho de Moraes (depoimento, 2017). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h 20min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre BANCO SANTANDER. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Maria Dione Carvalho de Moraes
(depoimento, 2017)**

Rio de Janeiro

2018

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Celso Castro;

Técnico de gravação: João Paulo Pugin;

Local: Teresina - PI - Brasil;

Data: 06/07/2017 a 06/07/2017

Duração: 1h 20min

Arquivo digital - áudio: 1; Arquivo digital - vídeo: 1;

Entrevista realizada no contexto do projeto “Memória das Ciências Sociais no Brasil”, desenvolvido com financiamento do Banco Santander, entre janeiro de 2016 e dezembro de 2020, com o objetivo de constituir um acervo audiovisual de entrevistas com cientistas sociais brasileiros e a posterior disponibilização dos depoimentos gravados na internet.

Temas: Anos 2000; Atividade acadêmica; Campesinato; Carvão; Ciências sociais; Cultura; Ensino médio; Ensino superior; Extensão rural; Funcionalismo público; Greves; Índios; Magistério; Maranhão; Migração; Minas Gerais; Obras de referência; Partidos políticos; Piauí; Poder legislativo; Pós - graduação; Questão agrária; São Paulo; Serviço social; Sociologia; Território; Universidade Estadual de Campinas;

Sumário

Entrevista: 06.07.2017

Origens: vida em Minas Gerais; ensino médio em Montes Claros e o despertar para a sociologia; trabalho como professora em Montalvânia; concurso para Emater e trabalho como extensionista local; ingresso no curso de ciências sociais na Fundação Norte Mineira de Ensino Superior; mudanças institucionais na Emater e mobilizações: graduação em ciências sociais; concurso interno e trabalho como supervisora na região do Vale do Rio Doce; trabalho no escritório regional de Viçosa; mudanças institucionais na Emater e primeira greve; discussão política do projeto de extensão rural; primeiro movimento de greve na rua; articulações de desmobilização da Emater; articulações com partidos; pedido de saída para a pós-graduação; mestrado em Campina Grande; mestrado e início da vida docente: mestrado em sociologia com área de concentração em sociologia rural; estudo e dissertação de mestrado sobre um projeto de agricultura alternativa em Montes Claros; início de conclusão da dissertação e ida à Teresina; gravidez; desligamento da Emater e concurso para universidade; defesa da dissertação; pesquisas com a Embrapa; preparação para o doutorado; doutorado na Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) e retorno à Teresina: doutorado na Unicamp; ida para Campinas; estudos sobre as ocupações das regiões do cerrado e plantações para a produção de carvão vegetal; experiências de estudar na Unicamp; diálogos com outras áreas de estudo; retorno à Teresina; defesa de tese em 2000; criação dos programas de pós-graduação: Criação dos programas de pós-graduação da UFPI (Universidade Federal do Piauí); capacitação do corpo docente; criação do departamento de serviço social; entrada e saída de professores; vinda de professores de outras regiões; dificuldade de manter um corpo docente; dificuldade das ciências sociais na UFPI: crítica à estratégia do curso de ciências sociais da UFPI; dificuldades de uma faculdade periférica; Associação Brasileira de História Oral; pesquisa sobre migrações do Maranhão e Piauí para o corte de cana em São Paulo; mudanças na pesquisa sobre campesinato e ruralidades ao longo dos anos; estudos sobre sertão e memória: trabalho com a categoria sertão; disciplina “Imagens e Narrativa de Sertão”; políticas de territórios e questão agrária no Brasil; projeto de emergência étnica e monografia Índios de Piri Piri; estudos em memória; pós-doutorado e pesquisas atuais: pós-doutorado e junção dos campos da cultura e ruralidades; a cultura no desenvolvimento territorial; livros que marcaram a sua trajetória.

Entrevista 23.3.2017

C.C. –Dione, em primeiro lugar, obrigado por ter aceito participar do projeto, nos dar sua entrevista. Antes de falar da sua experiência nas ciências sociais, eu queria que você falasse um pouco da sua origem, o contexto familiar, onde é que você nasceu, da educação ainda antes da universidade.

D.M. – Ok. Bom, antes de tudo, eu queria agradecer pelo convite. Eu me sinto muito honrada em participar de um projeto dessa envergadura e espero que possa dar uma contribuição que esteja à altura do seu projeto, viu, professor? [riso] Bem, eu sou do norte de Minas Gerais. Nasci numa cidade chamada Espinosa, de onde saí criança ainda. Meu pai era funcionário público. E por cerca dos nove anos nos mudamos para Montes Claros, que é uma cidade do Norte de Minas, que polariza a região e onde a minha família vive até hoje; meus irmãos, enfim. Então nessa região norte de Minas eu vivi até os inícios da minha vida profissional, minha vida adulta. Além de Montes Claros, nós vivemos em outro município mais ao norte de Minas, chamado Montalvânia, onde meu pai participou de uma aventura da fundação de Montalvânia a convite do fundador, Antônio Montalvão. Então nós convivemos com Antônio Montalvão, meu pai foi o primeiro coletor dessa cidade. Coletorista dual, que arrecadava os tributos do estado no município. Então meu pai foi o fundador lá dessa coletoria. Foi o primeiro coletor. E depois nós acabamos voltando para Montes Claros. Meu pai já não era mais vivo, voltamos para Montes Claros. Mas nesse ínterim, ainda em Montalvânia, eu saí antes da minha família sair, porque eu fui fazer o ensino médio em Montes Claros. Na época não tinha ensino Médio em Montalvânia ainda. Final dos anos 1960 para início dos anos 1970. Então eu fui para Montes Claros, onde eu fiz o ensino médio, que foi o chamado curso normal, na época, na Escola Normal Professor Plínio Ribeiro. Foi onde eu descobri a Sociologia.

C.C. – Ensino médio?

D.M. – No ensino médio. Eu tive uma professora, professora Lúcia, que era professora de sociologia. Eu não me lembro o sobrenome dela, mas também lá se vão muitos anos. Eu fiquei encantada. Eu não entendia muito bem o que era. Eu gostava e dizia: “Vou ser socióloga.”

C.C. – Mas era uma disciplina de Sociologia?

D.M. – Era uma disciplina de Sociologia. Não me lembro agora se era Sociologia da educação. Porque o curso era curso normal, é pedagógico. Mas era Sociologia. A gente tinha Sociologia. E ela era muito interessante. Ela me estimulou. Eu fiquei encantada e aí eu decidi que seria socióloga. Enfim, terminei meu ensino médio, minha família ainda estava em Montalvânia, eu voltei para Montalvânia. Trabalhei alguns poucos anos lá. Talvez dois, ou três anos...

C.C. – Foi na Emater?

D.M. – Não. Nessa época, trabalhei como professora de... Na época, se chamava ginásio, que corresponderia hoje às últimas séries do ensino fundamental. Aí ministrei várias disciplinas. Nem me lembro agora, mas eu me lembro que português, até desenho geométrico, o que precisava, a gente tentava cobrir. E eu venho de uma família muito criativa, que sempre gostou muito de ler. Eu lia desde muito cedo. Meu pai tinha uma biblioteca em casa e tinha uma coisa curiosa, porque ele me orientava assim... Ele me chamava None: “None, você não leu isso aqui ainda, não?”. Aí eu ia ler. [riso] Então, por exemplo, eu me lembro de algumas obras, tipo Shakespeare, que eu lia, que eu não sabia nem quem era ainda e que só fui entender muitos anos depois. Então eu tinha essa curiosidade desde cedo e essa curiosidade foi muito interessante nesse início da minha vida profissional, porque eu fui sendo meio que autodidata também, porque eu começava a aceitar algumas disciplinas que eu não tinha sido preparada para ministrá-las e conseguia fazer isso. Enfim, trabalhei também com o próprio Antônio Montalvão. Ele era prefeito, meu irmão era vice-prefeito à época, e tinha um instituto de educação municipal. Ele me convidou para trabalhar nessa área pedagógica. Eu fiquei lá acho que um ano, alguma coisa assim. Aí foi quando eu fiz o concurso para a Emater. A Emater à época, não sei como que é hoje, eu peguei aquela... Quando eu assinei meu primeiro contrato com a Emater, ainda era a ACAR, que estava lá na marca do contrato.

C.C. – Como é que era?

D. M. – ACAR, que era Associação de Crédito e Assistência Rural. Porque a Emater vem depois da ACAR. Então estava mudando. Eu me lembro que em Belo Horizonte, no escritório central, estava começando a mudar de ACAR para Emater e eu assinei nessa transição o meu contrato, que foi segunda metade dos anos 1970, já. Na época, – eu não sei como está agora, eu ia dizendo –, a gente entrava por concurso público e a mudança de cargo interno era por concurso interno. Então tinha uma...

C.C. – Você entrou em que cargo?

D.M. – Eu entrei como extensionista local. Eu fui trabalhar com o campesinato diretamente. Eu passei alguns anos, assim, trabalhando. Fui trabalhar... Quando eu passei no concurso para a Emater, meu primeiro local de trabalho foi no noroeste de Minas, em Rio Pardo de Minas. Para você ter uma ideia, não tinha ônibus até lá. Eu chegava em Taiobeiras de ônibus – de Montes Claros para Taiobeiras –, que é um município próximo, aí tomava uma Kombi... chegava a Rio Pardo. Trabalhei lá menos de dois anos. Foi onde eu iniciei. Depois eu vim para Francisco Sá, que já é próximo a Montes Claros. Cinquenta quilômetros. E foi, então, que eu fui fazer meu curso superior em Ciências Sociais.

C.C. – Mas só para entender, em que consistia o trabalho de extensionista? Para fazer o quê?

M.D. – Ah, o trabalho de extensionista... O projeto de extensão rural, que vem para o Brasil no processo de extensão dos interesses, sobretudo, norte-americanos de modernização da agricultura, ele trouxe nesse pacote uma pedagogia de educação para, entre aspas, o homem do campo. Combater êxodo rural, etc., e vender insumos, modernizar a agricultura. Então o serviço de extensão vinha nesse pacote como uma proposta pedagógica de educação do, chamado genericamente, homem do campo. Homens, mulheres, jovens. Então a gente trabalhava com grupos de agricultores, grupos de mulheres, grupos de jovens. Tinha uma filosofia de trabalho com os jovens, que eram os grupos 4S: “Saber para melhor sentir, saúde para melhor servir”. E aí essa pedagogia, toda fundamentada numa ideologia do desenvolvimento, da modernização, a gente era treinado para trabalhar com isso. E aí recebia um treinamento inicial de longa duração, tipo assim, vários meses. Depois fazia estágio em algum escritório local, onde já tinha a equipe local, e depois é que assumia o trabalho. Então eu entrei na segunda metade dos anos 1970, mais precisamente em 1976, para a extensão rural. Na extensão rural você tinha uma equipe composta por técnicos da agropecuária. Agrônomos, veterinários, técnicos agrícolas e outros. Engenheiros florestais e etc., mas mais propriamente agrônomos, veterinários e técnicos agrícolas. E uma extensionista do chamado *Projeto de bem estar social*. Foi para cuja área eu fiz o concurso. Eu ingressei aí. E que recebia toda essa capacitação, essa preparação para, entre aspas, educar o chamado homem do campo. Tem até uma crítica que Paulo Freire fez em um livro dele intitulado *Extensão ou comunicação*, que era uma crítica pedagógica e política ao projeto extensionista. Bem, o fato é que eu comecei de uma forma até

bastante ingênua, acreditando bastante nesse projeto, acreditando... e aos poucos as próprias contradições do trabalho... Depois eu fui fazer o curso de Ciências Sociais, que eu cursei em Montes Claros, trabalhando em Francisco Sá, tomando ônibus no final do dia, – a estrada ainda era estrada de terra. Eu ia para a faculdade em Montes Claros.

C.C. – Qual era a faculdade?

D.M. – Hoje é Unimontes, que é universidade estadual. À época era Fundação Norte Mineira de Ensino Superior. Depois foi transformada em Unimontes.

C.C. – Era pública já?

D.M. – Não. Era uma fundação, mas privada. Em 1981 eu concluí meu curso, continuei na Emater, aí já com muitas questões relacionadas ao próprio trabalho que se fazia na extensão... Fiz um concurso interno um pouco depois para supervisão de equipes locais.

C.C. – Mas dentro ainda do projeto de bem estar social?

D.M. – Ainda. Tudo dentro do projeto de bem estar social. Aí houve um concurso interno, eu fiz, fui aprovada nele e fui ser supervisora na região do Vale do Rio Doce. Fui morar na cidade de Governador Valadares. E aí o trabalho muda um pouco. Meu trabalho era supervisionar o trabalho de equipes locais nessa área do *Projeto bem estar social*. Fiquei por Governador Valadares cerca de dois anos. Apareceu uma vaga no escritório regional de Viçosa, que é dentro da Universidade Federal de Viçosa, e eu fui transferida pra lá. Mais ou menos, aí já estávamos nos anos 1980... 1984, 1985, por aí. Eu já vinha no processo de reflexão crítica do meu próprio fazer na extensão rural, mas sem muita, digamos, sem muita discussão em grupo. Em Viçosa houve essa possibilidade, porque [n]os anos 1980 a Emater começou a passar por algumas mudanças estratégicas, discutindo planejamento estratégico, discutindo toda uma mudança na instituição, e foi um momento também que nós extensionistas começamos a, depois de vários problemas de não aumento salarial, problemas relacionados à carreira, que até então era mais ou menos estável, a gente ganhava relativamente bem, tínhamos salário, diárias, então vivíamos confortavelmente. Nos anos 1980, a gente sofre um impacto grande. Nós, que nunca tínhamos feito uma greve, fizemos a primeira greve. E em Viçosa eu participei do comando dessa greve. Nós começamos, então, a partir dessas lutas salariais, nós incorporamos nessa discussão, que era esse momento em que a empresa discutia planejamento estratégico... O nosso grupo de bem

estar social foi se organizando e constituindo um grupo dentro do grande grupão das extensionistas de bem estar social, para uma discussão política do projeto de extensão rural. Então, nesse momento, aconteceram duas coisas: (eu digo que um dia vamos escrever sobre isso) a mudança institucional, na qual nós pegamos carona para discutir um projeto alternativo de extensão rural e a situação nossa salarial e tal, que nos levou para uma consciência política enquanto trabalhadores. Pela primeira vez nós saímos à rua em um movimento de greve junto com a categoria de professores estaduais. E foi... Só isso aí daria para contar uma longa história... Eu me lembro que nós começamos a fazer reuniões, discutir, e nos articulamos com o grupo de professores da UFV, sobretudo da Pedagogia, que estudava Paulo Freire, e começamos a questionar, fazer grupos de estudo fora da hora de trabalho mesmo. Alguns professores da UFMG e mesmo um professor aqui de Pernambuco, João Bosco Pinto, que trabalhava com pesquisa ação, pesquisa participante, a gente foi fazendo uma rede, uma articulação, e nós fomos discutindo por dentro, tentando implodir um pouco aquela estrutura um tanto arcaica, conservadora e tal. A ponto de um dia um técnico agrícola chegar na minha sala, sentar e chorar. Ele já de cabelos brancos, eu, ainda juvenzinha. Ele dizia assim: “Eu quero saber o que vocês vão fazer comigo, porque eu trabalhei a vida inteira achando que eu estava fazendo o melhor. Crente de que eu estava oferecendo... Agora eu estou descobrindo que eu fui autoritário, que eu trabalhei em um projeto de interesses, inclusive, externos ao Brasil, para vender insumos, etc., e vocês vão colocar o que no lugar?”

C.C. – O que você respondeu?

D.M. – Não, eu olhei para uma colega minha que estava do lado, que era do grupo nosso também, e eu falei: “E agora?” Ela disse: “Agora?” Usou uma expressão muito comum em Minas Gerais. “Perder o balaio e chutar a tampa.” [riso] Ou seja, vamos tocar para a frente. E aí, nesse processo, foi uma coisa muito curiosa. Eu estou demarcando esse momento, porque eu saí para o mestrado em decorrência dessas agitações todas... desse período. Por quê? Porque a direção do Emater começou a fazer pressão, começou a transferir lideranças da greve, desestruturar... e aí eu era tida como uma pessoa meio perigosa.

C.C. – Mas tinha alguma articulação partidária nessa época, ou não? Porque essa época foi...

D.M. – Tinha várias. Algumas pessoas com uma certa relação já com o Partido dos Trabalhadores, inicial, outras ligadas aos partidos comunistas, mas não tinha exatamente uma,

digamos, uma presença partidária. Tínhamos vários grupos ali e conseguíamos, curiosamente... Depois eu vi que não é bem assim, porque aí eu me filiei também a um partido de esquerda e vi que não é exatamente assim que funciona, mas naquela época a gente conseguia trabalhar sem muito problema. Até porque não tinha muita tradição de vinculação a partido de esquerda na extensão. O que a gente queria, na verdade, era provocar um debate que permitisse implodir um pouco aquela estrutura que a gente considerava muito arcaica, conservadora... por dentro. Mas aí houve uma reação da direção da empresa, porque a Emater é uma empresa pública, mas nós éramos celetistas. Não éramos regidos por regime jurídico do estado, não. Aí houve uma repressão e, por uma circunstância muito particular, eles acabaram aprovando... Eles queriam me demitir, mas aí houve uma circunstância muito particular, que acabaram não me demitindo porque achavam que eu tinha alguém que me apadrinhasse politicamente, mas não era, era um engano, era um namorado meu que conhecia um deputado, falou com ele... Enfim, não me demitiram. Eu tinha pedido transferência para Montes Claros, que era onde minha família vivia. Não quiseram me dar, porque não me queriam, naquele momento, em um regional. Aprovaram meu pedido de saída para a pós-graduação, para fazer o mestrado, que eu já vinha pedindo também. Então a aprovação foi para...

C. C. – Se livrar de você... [riso]

D. M. – Se livrar um pouco naquele momento, porque depois tentaram me demitir, de fato. Mesmo eu já no mestrado. Só que naquela época, eu escolhi, então, fazer o mestrado em Campina Grande, porque era com área de concentração em Sociologia rural, mestrado em Sociologia, e lá tinha uma equipe de professores muito interessante. Alguns voltando da diáspora dos anos da ditadura. Tinham voltado para o Brasil e houve uma confluência interessante. Então tinha pessoas como Beto Novaes, Regina Novaes, Paolo Cappellini, Mario Giuliani e outros. Cristina Marin, Ghislaine Duque, e outros professores, que tornava[m] aquele... Eu fiz um levantamento porque eu queria focalizar meus estudos em ruralidades e lá tinha essa característica de ser um programa bem interessante, com um corpo docente bem interessante. Então foi quando eu fui para lá.

C.C. – O mestrado era em Sociologia rural?

D.M. – Sociologia com área de concentração em Sociologia rural.

C.C. – A opção pelo tema do campesinato, Sociologia rural, na época, você já levou para o mestrado.

D.M. – Já levei, porque eu já vinha dessa experiência. Uma experiência na qual eu passei de um momento, de uma entrada, assim, algo ingênua no projeto extensionista, em cujo o âmbito eu pude rever, realizar uma crítica coletiva com outros colegas, outras colegas, elaborar propostas e debater o papel da extensão rural, o que a gente estava fazendo ali, afinal de contas. Daquela historinha que tinham contado para a gente. Reavaliar, reestudar isso com outras vertentes analíticas. Então eu já fui para lá fazer o mestrado levada por esses interesses de completar a minha formação, que vinha muito mais da militância dentro da instituição e tal. E aí eu faço o mestrado lá, então. Ainda com o pé em Minas Gerais, eu fui estudar um tema bem relacionado e de uma outra maneira, em uma outra perspectiva, com minha experiência profissional. Eu fui estudar a experiência de um projeto de agricultura alternativa em Montes Claros. O Centro de Agricultura Alternativa, que existe até hoje lá. E eu queria entender... Eu vinha de uma instituição toda arquitetada, tinha uma arquitetura, uma hierarquia, um projeto político definido, institucionalizado, uma política pública, e eu queria entender essa outra experiência, por onde que ela passava.

C.C. – Essa outra experiência era menos hierarquizada?

D.M. – Era menos hierarquizada, porque era uma Organização Não Governamental, que foi a época que as Organizações Não Governamentais também ganharam campo. Então essa Organização Não Governamental me interessava, nesse trabalho, e aí eu fui, eu decidi pesquisar essa aliança política. A minha dissertação até tem esse título. *Centro de Agricultura Alternativa: aliança política entre camponeses e técnicos...* Alguma coisa assim. Não me lembro agora exatamente. E aí o que eu pude perceber? Aí eu pude perceber coisas muito interessantes, porque eu fiz pesquisa de campo, fiquei morando um tempo no assentamento, depois fiquei morando um tempo em uma comunidade mais tradicional. Acabei escrevendo só sobre uma, porque não dei tempo de escrever sobre as duas. Minha orientadora dizia, eu não acreditava, mas aí me convenci.

C.C. – Sua orientadora foi...

D.M. – A Cristina Marin, que é antropóloga. Era professora lá do programa e a Ghi, Ghislaine Duque, que a Ghi já se aposentou. É uma francesa, que está no programa há muitos anos e mora em Campina Grande acho que até hoje, mas continua na ativa. Elas me orientaram. E aí eu percebi, então, algumas distinções entre aquela estrutura hierarquizada. Como a Organização Não Governamental se organizava e pude perceber que o trabalho da equipe em uma ONG, ao contrário do que ocorre em uma instituição pública hierarquizada, ele é construído muito a partir das trajetórias, então eu me debrucei um pouco sobre as trajetórias de cada membro da equipe na época. Era uma equipe pequena, acho que em torno de cinco pessoas. E na pesquisa de campo em comunidades que eram trabalhadas... e aí a minha dissertação foi sobre isso. Quando eu estava quase concluindo minha dissertação, eu já não queria mais voltar para a Emater. Nesse meio tempo, houve ameaça de demissão, houve algumas coisas que eu não vou me deter aqui, porque daria uma outra história, mas acabei vindo parar aqui em Teresina, porque a pessoa com quem eu estava começando um relacionamento, que eu tinha conhecido no mestrado, é pesquisador da Embrapa, meu ex-marido. Ele tinha feito um concurso para a Embrapa para o estado de Pernambuco, mas por algum tipo de intervenção a vaga saiu aqui, para cá. Então nós viemos para cá. Eu estava ainda no programa, estava afastada pela Emater ainda, para fazer. Vim para cá. Quando logo meu tempo de licença terminou, eu pedi um ano de licença sem remuneração, já estávamos nos estabelecendo aqui. Eu estava na dúvida. “Como é que eu faço para voltar agora para Minas Gerais? Já estou vivendo aqui.” Foi quando eu engravidei. Guardei todo o meu material de campo. Já estava pronto para escrever. Passei um ano cuidando de gravidez, parto, etc.

C.C. – Aqui em Teresina?

D.M. – Aqui em Teresina já. Meu filho nasceu aqui. Quando eu tentei negociar com a Emater como é que ficaria minha situação, eu, que era supervisora regional em um escritório importante como o de Viçosa... – importante naquela estrutura, porque estava dentro da universidade, que é também uma das universidades irradiadoras da ideologia e da filosofia de extensão rural –, me ofereceram, assim, o rancho fundo, que é para lá do fim do mundo... [riso] Um escritório local distante dos mais possíveis e aí falei: “Não, eu não quero.” “Não, porque nós só temos isso. Ou você aceita...” Negocieei uma demissão, não aceitaram, eu pedi demissão. Aí fiquei por aqui, foi quando eu fiz concurso para a universidade. Aí já na universidade foi que eu defendi minha dissertação.

C.C. – Mas você fez concurso ainda sem o mestrado completo?

D.M. – É. Na época, a universidade aqui ainda aceitava, abria concurso para graduados.

C.C. – Professor auxiliar, não é, que chama?

D.M. – É, auxiliar. Logo depois eu defendi minha dissertação. Eu entrei em 1992, defendi em 1993.

C.C. – O concurso já era para Ciências Sociais?

D.M. – Já era para Ciências Sociais.

C.C. – Já era um departamento de Ciências Sociais?

D.M. – Já era um departamento. Não tinha, na época... Eu penso, mas não tinha ainda ninguém com pós-graduação, em 1992...

C.C. – O curso já existia há quanto tempo?

D.M. – O curso já existia desde os anos 1980. Tem trinta e poucos anos o curso. Mas eram todos professores auxiliares. A partir daí foi que começou... Então eu fiquei trabalhando, defendi minha dissertação, aí talvez eu tenha sido a primeira ou a segunda professora, docente, com mestrado do departamento. Se eu não me engano, teve um colega que já tinha defendido antes de mim, antes de eu defender. E, já como professora da UFPI, foi que eu vim fazer doutorado. Então, nesse interstício entre o ingresso na UFPI e sair para o doutorado, eu fiquei trabalhando basicamente ministrando aulas, fazendo algumas pesquisas mais tímidas, mas já iniciando algumas pesquisas. Procurei algumas parcerias com a Embrapa, que eu fazia algumas pesquisas com a Embrapa pela temática muito comum. E o meu então marido, ele é também cientista social. Ele é agrônomo e cientista social. Ele é da área de socioeconomia da Embrapa, então a gente discutia muito as coisas juntos e conseguimos fazer algumas parcerias institucionais. Eu participava de algumas pesquisas da Embrapa, às vezes criava algumas por aqui, mas tudo muito tímido, tudo ainda muito acanhado, e comecei a ministrar... Eu trabalhei muito com Teoria Sociológica I. No caso, aqui era o pensamento de Marx. Pensamento de Marx e marxista. Com Sociologia rural, tanto nas Ciências Sociais... – mas que era uma disciplina optativa, continua sendo até hoje. A gente está revendo agora o currículo,

provavelmente isso mude – quanto para cursos de Agronomia, Veterinária, que é do centro de Ciências Agrárias, que volta e meia demandavam da gente e tal. E me preparando para o doutorado, que eu saí, então, no final dos anos 1990, para o doutorado na Unicamp.

C.C. – E por que a Unicamp?

D.M. – Veja, eu tinha interesse em ir para a Unicamp porque eu conhecia um pouco o trabalho de professores de lá nessa área de concentração que eu fiz, que foi agricultura e questão agrária. Nazareth Wanderley estava lá; o Mauro Almeida, que acabou sendo meu orientador; a Emília Pietrafesa de Godoi, que eu já havia trazido aqui para um evento, que tinha feito pesquisa aqui no Piauí, porque ela foi da equipe de Niède Guidon no início da entrada na Serra da Capivara, os primeiros trabalhos antropológicos, arqueológicos... Ela foi dessa equipe. Ela fez a dissertação de mestrado a partir desse trabalho. Aí eu tinha esse interesse na Unicamp, mas eu fiz também para a Universidade Federal de Pernambuco. Tanto eu quanto o meu ex-marido, porque nós fizemos juntos. Nós queríamos sair juntos, porque facilitava tudo em termos de família. Aí fomos com cachorro, papagaio, família, tudo.

C.C. – Aí foram para Campinas.

D.M. – Aí optamos por Campinas. Por quê? Como a gente já tinha feito... Ele também fez mestrado em Campina Grande, que hoje é UFCG, mas na época era UFPB, campus II. Depois é que se desvinculou da UFPB e se transformou na Universidade Federal de Campina Grande. Quando nós fizemos mestrado, lá era UFPB campus II ainda. Aí nós fomos aprovados nos dois programas e decidimos ir para Campinas também porque dissemos: “Não, vamos mudar um pouco. Sair, quer dizer, nós já fizemos aqui no Nordeste. Vamos ficar em Pernambuco? Vamos agora para Campinas, já que a gente foi aprovado lá. Nós fomos aprovados, não é?” Além do que o doutorado em Campinas tinha uma história de mais longo tempo. O de Pernambuco estava começando. É um doutorado muito bom, mas depois eu voltei, fiz pós-doutorado lá, inclusive. Enfim, quando eu fui para o doutorado, tinha uma situação aqui que me chamava muita atenção, talvez por eu ser do norte de Minas e ter visto essa problemática lá, que era a ocupação das regiões de cerrado. Porque a região do norte de Minas de onde eu venho, ela tem uma grande área de cerrado. Ela é uma área de transição de cerrado e caatinga. E eu vi essa situação lá, quando eu era extensionista, das grandes empresas de reflorestamento devastando aquela região para plantar eucaliptos e pinos para produção de carvão vegetal. Aqui no Piauí a

área de cerrados começa a ser incorporada... A minha tese é sobre isso. Se você pegar uma história de mais longa duração, você pode já registrar desde os anos 1960. Mas com o agronegócio, propriamente, vai ser no máximo nos anos 1980 e vai para frente nos anos 1990. Aquilo me chamou atenção e não tinha nenhum trabalho sobre isso. Tinha um trabalho de uma professora da economia sobre a ocupação das terras de cerrado, porque houve muito investimento do Finor rural, através da Sudene e tal, que acabou constituindo um mercado de terras e os grandes projetos de cultivo de caju e manga foram só para tapar os olhos. Foram abandonados, as terras ficaram aí como propriedade privada e depois serviram ao uso futuro, que seria o da entrada, mesmo, pesada do agronegócio, vinculado ao complexo carne e grãos, que é soja. Soja, milho, etc. Então eu me debrucei sobre esse tema em uma perspectiva bem específica, que era trazer à tona a situação do campesinato daquela região. Porque no que eu chamo de narrativas mestras sobre a incorporação dos cerrados, que são as falas governamentais e dos empresários, tinha lugar para todo mundo. Era o paraíso. O Globo Rural a mesma coisa. Toda a imprensa, noticiário, até grileiros de terra compravam páginas de jornais aqui, páginas centrais para falar em projetos de colonização. Quem vai ouvir esse campesinato? Eu quero ver como é que essa situação está lá, afinal de contas, eu vi coisa semelhante na Jaíba, no norte de Minas, em outros projetos. Então me debrucei sobre isso, passei quatro anos indo e vindo. É uma região distante de Teresina. Para você ter ideia, eu viajava, às vezes, 14h de ônibus para chegar lá. Boa parte em estrada de terra. Mas eu já ia etnografando a partir da hora que eu entrava no ônibus, porque era o pessoal de lá, começava a conversar. O motorista parava no caminho para eu fazer fotos. Fui estabelecendo, assim, uma interação muito boa. Aí eu escrevi sobre isso, que eu chamo *Memórias de um sertão desencantado*. Desencantado no sentido weberiano, mesmo, e desencantado no outro sentido, de que para o campesinato o que estava ocorrendo era um desencanto, porque eles não estavam conseguindo se incluir. E aí eu vou analisar várias estratégias, tentativas deles se incluírem e como é que isso se dá. Então essa foi a minha tese.

C.C. – E a experiência de estudar na Unicamp correspondeu ao que vocês imaginavam lá?

D.M. – Correspondeu, correspondeu.

C.C. – [A gente já fez] no Nordeste, vamos agora mais próximo, vamos dizer, do grande centro acadêmico Rio-São Paulo.

D.M. – Correspondeu. Na Unicamp nós tivemos uma experiência muito rica, movimentada...

C.C. – Era uma universidade nova ainda, não é, nas Ciências Sociais?

D.M. – Pois é, mas diferentemente dos cursos aqui no Nordeste, era bem mais antigo e tinha algumas figuras importantes na área que a gente estava querendo estudar. Eu fui orientada do Mauro Almeida, o meu ex-marido foi orientando da Nazareth Wanderley e nós pudemos participar, tanto ele, quanto eu, de outros grupos de trabalho. Ele trabalhou, por exemplo, com a equipe do Graziano, no rural. Eu fiz outras disciplinas que me interessavam em outros cursos. Fui aluna do Octavio Ianni, pessoa maravilhosa. Foi uma experiência também que me emociona até hoje. Então foi bem interessante. A Unicamp fervilhava. Pude participar de debates com Milton Santos naquela época, ainda nos anos 1990, comecinho... Não, segunda metade dos anos 1990 já, que eu fui. Final dos anos 1990. Milton Santos e outros intelectuais. Renato Ortiz andava por lá. Então era bem efervescente e isso foi muito interessante. Tanto foi interessante o curso em si, quanto foi interessante o ambiente da Unicamp, a ambiência intelectual. Pelo menos para o que a gente estava querendo fazer, fazendo, pesquisando. E aí essa possibilidade de transitar também por outras áreas, dialogar mais com a antropologia... Até fui um pouco para artes, economia. Deu para ampliar bastante os horizontes. Então foi uma experiência bem interessante.

C.C. – Vocês moraram em Campinas quanto tempo?

D.M. – Nós moramos dois anos. Porque aí nós decidimos voltar. Mas moramos ali próximo da Unicamp, em uma chácara urbana. Era bem legal o ambiente, bem bucólico. Os moradores não queriam asfalto lá. Muito bacana. Ficamos dois anos, depois voltamos. Na época, ainda saímos confortavelmente, porque tinha bolsa e salário. Tanto eu quanto o Sérgio, porque ele era pesquisador da Embrapa. Então nós pudemos ir com tranquilidade. E como as nossas pesquisas, ambas eram aqui, ficava mais confortável para a gente voltar, porque facilitava a ida a campo. Na época, a Unicamp ainda tinha um fundo, que financiava em alguns momentos algumas idas a campo da gente. O programa tinha esse fundo, mas depois foi escasseando muito, ficava muito difícil ficar lá e vir aqui para voltar. Então voltamos.

C.C. – Mas você estava licenciada das aulas?

D.M. – Licenciada. Licenciada. Eu ainda fiquei... Terminei o meu prazo de quatro anos, eu pedi mais um semestre. Eu usei quatro anos e meio, na verdade. Aí eu já voltei para ministrar aulas, mas defendi a tese em 2000. É quando começa, digamos assim, a ampliação da pós-graduação aqui no CCHL. Ampliação não. A instituição da pós-graduação, porque até então, tinha o de educação, que é aqui no CCEE, ao lado do nosso centro, mas aqui não tinha. Então nós criamos o Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas. Inicialmente só mestrado.

C.C. – Que ano foi isso? Você lembra?

D.M. – 2002. Aí eu estava nesse programa. Depois foi criado o Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente, que é da rede Prodemá. Não sei se você conhece a rede... A rede Prodemá é uma rede de pós-graduação no Nordeste. De pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Então são vários programas, em várias universidades, e elas têm alguns núcleos comuns. Por exemplo, o programa de doutorado é regional. O de mestrado é localizado. Professores de uma universidade vão ministrar disciplinas em outras, às vezes de forma concentrada. Tem os seminários integradores, que reúnem alunos de todos os programas. Eu fiquei nesse programa não muito tempo, mas cheguei a orientar dissertações lá, inclusive sobre cerrados. Porque logo depois nós criamos o de Antropologia aqui e aí ficava muito difícil para eu ficar em três programas.

C.C. – Você passou para o de Antropologia.

D.M. – É, eu ajudei a criar o de Antropologia. E agora eu estou praticamente saindo do de Antropologia, porque eu estou em três programas de novo.

C.C. – E o de Sociologia é de que ano?

D.M. – Porque o de Antropologia é anterior ao de Sociologia. O de Sociologia é mais recente. O de Sociologia é de... Já passei por tanto programa, que eu já não sei as datas mais, não. [riso] Mas o de Sociologia... nós estamos na oitava turma? Sétima turma? O de Sociologia 2010, parece. 2009 ou 2010.

C.C. – Agora, só para entender, você tinha mencionado que foi contratada ainda como graduada, mestranda.

D.M. – Isso.

C.C. – E foi a primeira ou a segunda a defender o mestrado. Doutorado também, não é? Devia ter pouquíssimos doutores...

D.M. – Poucos. Talvez eu tenha sido também a segunda, ou terceira. De lá para cá, nesse meio tempo, aí houve essa expansão, uma corrida.

C.C. – Como é que era criar esses programas de pós-graduação, participar deles com o corpo docente ainda muito... [pouco] titulado

D.M. – Veja bem, nesse meio tempo... Quando eu entrei, eu fiz mestrado. Quando eu estava com o mestrado nos anos... Eu defendi em 1993. Daí em diante, os professores começaram a sair para fazer mestrado, certo? Gradativamente. E em seguida, o doutorado. Então nós passamos em muitos semestres dificuldade de ficar com três, até quatro disciplinas, às vezes, porque a gente tinha liberado colegas. E aí era uma liberação deliberada para a gente constituir um corpo docente com condição. Então, entre os anos 1990, início dos anos 1990 – eu defendi minha dissertação em 1993 e logo foi, progressivamente, saindo gente – até início dos anos 2000, ficou nessa coisa de sair... A gente teve que estabelecer planos de saída, programar saída. Nós tivemos colegas que conseguiam emendar, passavam do mestrado para o doutorado, coisas assim, e a gente segurando as pontas e tal. A criação dos programas passou por uma coisa muito interessante – e é por isso que eu já estou no quarto programa de pós-graduação. Exatamente porque, naquele momento, precisava de gente com titulação para ajudar a criar. Eu era uma dessas pessoas e os outros colegas. E se você prestar atenção, no corpo docente de todos esses programas, foram entrando, por exemplo, o de Políticas Públicas, nós criamos com o departamento de Serviço Social, que já tinha, por sua vez, professores e professoras que se tinham doutorado, a maioria em Ciências Sociais. Foi fazer doutorado em Sociologia política, como a Valéria. Poucas fizeram em Serviço Social... ou em Ciências Sociais. Então nós nos juntamos esses dois departamentos e criamos o programa de Serviço Social. Aí deu, porque não era gente só do departamento de serviço social. Tinha gente de História já com doutorado que também se juntou, porque o de História foi criado depois. Então a gente ia criando... à medida que o programa ia recebendo professores de fora por concurso e tal, a gente, das áreas mais específicas, ia saindo para muitas vezes criar outros. Assim criamos o de Políticas Públicas. O de Meio Ambiente já tem uma característica diferente, porque ele tem duas áreas, duas linhas de pesquisa. Uma é Desenvolvimento e Meio Ambiente e a outra é Biotecnologia,

da área das ciências da natureza. Então congregou um conjunto de pessoas, de professores com doutorado em várias áreas. Da área das ciências sociais não era muita gente. Aí tinha gente da Economia, eu da Sociologia e Antropologia, no início... Tinha mais pessoas da Economia. Porque aí os outros departamentos também foram... o pessoal foi saindo e fazendo suas pós-graduações. Então foi um *boom* de pós-graduação aqui, de capacitação de docente nos anos 1990 para os anos 2000. Foi uma corrida.

C.C. – Essa passagem de um programa para o outro, de ir mudando, faz sentido entender isso. Tem um corpo pequeno, à medida que cria um, vai, cria outro. Mas também essa saída e mudança, ela não enfraquece o anterior?

D.M. – Não, porque aí essa saída, ela só se dá normalmente quando aquele corpus do anterior já está fortalecido porque chegaram professores novos. Porque o processo de pós-graduação continua. E também vinda de professores de outros lugares, que fazem concurso para cá. Houve isso também. Troca, vinda, etc. O de Antropologia, por exemplo, como foi criado? O de Antropologia nós criamos. É do departamento, mas não só com Antropólogos. Então vários professores da área de Sociologia ajudaram a criar o de Antropologia. À medida que foram chegando professores novos, que fizeram concurso para cá já na primeira, segunda metade dos anos 2000, se você olhar o conjunto de professores que o programa de Antropologia tem hoje, a maioria são professores que entraram na universidade nesses últimos anos.

C.C. – Que passou já a exigir o doutorado...

D.M. – É. Porque aí não só o doutorado, porque um programa de pós-graduação, ele tem que ter, pelo menos, pelas normas da Capes, 70% o doutorado na área do programa. Eu, por exemplo, sou coordenadora hoje desse programa hoje aqui. Acabei de assumir.

C.C. – Sociologia?

D.M. – É. Mas meu doutorado é Ciências Sociais. Eu não faço parte dos 70%... pela Capes. É uma coisa curiosa, não é? Então, o que que foi acontecendo? O próprio programa de Antropologia foi recebendo gente nova e a gente da Sociologia foi saindo. Talvez eu seja a última pessoa... que eu sempre digo que eu não sei o que eu sou, por isso que eu ponho cientista social. Eu não tenho muita competência em Ciência Política, embora leia algumas coisas, porque é necessário e tem diálogos. Mas eu sempre trabalhei em uma perspectiva

socioantropológica. Então eu ainda continuo lá, mas já solicitei para ficar como colaboradora, que eu tinha ainda orientandos para defender, tenho uma banca para participar... Provavelmente eu saia. Mas hoje lá, praticamente, já tem os 70%. Não tem ainda. Nós estamos brigando com o reitor por vagas para cá e para lá para poder cobrir, completar esses 70% na área do programa.

C.C. – Agora, essa abertura de concurso passou também a atrair, não sei se eu estou certo, me corrija, não só pessoas da região, mas também pessoas de fora, que vinham porque tinham oportunidade de trabalho.

D.M. – Sim. Algumas vêm, ficam um pouquinho e vão embora.

C.C. – Pois é. Esse é um padrão comum de passar pouco tempo, enquanto...

D.M. – Tivemos esse problema na Antropologia, por exemplo.

C.C. – Deve dar trabalho...

D.M. – Nós tivemos uma leva de entrada, por exemplo, há uns cinco, seis anos, de cerca de quatro professores. Três do Rio. Não tem nenhum mais aqui. Mas aí foi troca também. Teve um outro que fez outro concurso. Fez para a UnB, passou, tinha só dois anos aqui, ele foi para a UnB. Quatro professores que saíram nesse tempo. Então, para repor isso... Claro que alguns foi troca, remanejamento, mas no caso do professor que saiu, teve que fazer concurso. E agora estamos batalhando por mais duas vagas para cobrir aqui e mais duas vagas para cobrir lá. E o reitor nos engambelando de todas as formas possíveis e imagináveis.

C.C. – Essa dificuldade de manter um corpo aqui maior tem a ver com o que? As pessoas acham que tem mais oportunidade, ou querem estar em estados...

D.M. – Olha, eu acho até que isso mereceria um estudo. Eu vou dizer, assim, “impressionisticamente”.

C.C. – Você está, vamos dizer, há 25 anos como professora.

D.M. – É.

C.C. – Então você já passou por esse período todo. Antes das pós-graduações surgirem, depois a criação, consolidação, vindo gente nova e os problemas de manter.

D.M. – Eu acho que tem questões de toda ordem. Eu acho que, às vezes, alguns colegas vão... São vários interesses. Tem de interesses pessoais, particulares, a interesses profissionais. É muito difícil dizer exatamente o que, talvez, precisasse ouvi-los e ouvi-las para dizer o que. Mas, assim, todos nós sabemos que o Piauí é um estado considerado periférico até pouco tempo. Teresina idem. Então nós somos uma universidade periférica e matamos um leão por dia para conseguir. Embora nosso curso de Ciências Sociais tenha uma boa avaliação, mas matamos um leão por dia para conseguir fazer essas piruetas. E tem um problema... Eu acho que nós temos uma estratégia equivocada, mas não é todo mundo que pensa assim.

C.C. – Estratégia em que sentido?

D.M. – Equivocada. Nós devíamos nos juntar e ter construído um programa de Ciências Sociais de boa qualidade, mas não fizemos isso. Nós nos dispersamos.

C.C. – Juntando várias áreas?

D.M. – Sim. Aí você tem Ciência Política... Nós temos três programas de pós-graduação só das Ciências Sociais. Ciência Política, Sociologia e Antropologia. Todos capengando.

C.C. – Mas a opção é por que há diferentes.. É o que? Cada um quer criar seu espaço? É isso?

D.M. – Eu acho que é. Sabe? Porque nosso departamento, a graduação é Ciências Sociais. Até então, até pouco tempo, nós tínhamos as três áreas lá. Área de Sociologia e os professores faziam concurso por área. Eu fiz para a área de Sociologia, por exemplo. Sociologia, Antropologia e Ciência Política. Ciência Política saiu. Criou não só um mestrado, como uma graduação em Ciência Política. Eu tenho dúvidas em relação a uma especialização precoce, mas é um ponto de vista meu como educadora, professora e cientista social. Em uma universidade periférica eu penso que a estratégia deveria ser fortalecer o que a gente tem, com os talentos que a gente tem, com as competências que a gente tem, e fazer um programa respeitável e não investir na especialização precoce. Mas não foi isso que aconteceu. Você sabe, as disputas intestinas nos departamentos, na estrutura acadêmica, as vaidades, os interesses, os projetos políticos diferentes, visões de mundo diferentes, então eu fico vendo isso e a gente nessa dificuldade, nessa luta. É uma luta. Se você chega lá na gestão...

C.C. – Você está falando de uma dinâmica, aqui, que acontece entre as pessoas que aqui estão. Eu pergunto porque às vezes também, já ouvi falar [inaudível] na periferia e o centro... acadêmico, não é? “A gente fica à parte, a gente fica distante. As pessoas, às vezes, passam aqui, mas não...” Mas você não está falando disso. Está falando de uma dinâmica local, interna.

D.M. – Não. Estou falando que talvez eu até ache que hoje nós já temos uma boa articulação com outras universidades, com universidades do Brasil e do exterior, de outras regiões... Temos algumas referências de colegas, de trabalhos, de pesquisas, mas eu acho que essa diluição nos enfraquece mais do que fortalece. A gente vai gastar muito mais tempo para ter cursos de referência e tem que investir muito mais e trabalhar muito mais do que se a gente tivesse conseguido, por exemplo, organizar um programa com três linhas de pesquisa – Ciência Política, Antropologia, Sociologia, coisas assim. Não sei. Imagina. Eu sempre me bati nisso. Mas eu acho que a tendência não é só aqui. A gente tem visto essa tendência de fratura, mesmo nas grandes universidades. Mas elas já têm uma estrutura, que talvez permita isso. Nós não. Eu penso que o problema nosso foi não raciocinar com a cabeça de uma universidade periférica, que teria que se fortalecer, ter uma pós-graduação ou em desenvolvimento regional, em Ciências Sociais, o que fosse, que tivesse as três áreas e aí a gente teria... Porque nós temos muitos talentos nesses três programas. Daria para fazer coisas muito interessantes.

C.C. – Agora, e no nível regional, Nordeste? No teu lattes veio que você participou de vários desses encontros de Ciências Sociais no Norte e Nordeste.

D.M. – Sim.

C.C. – História Oral, esses encontros Norte e Nordeste.

D.M. – Eu faço parte da Associação Brasileira de História Oral.

C.C. – Eles ajudaram a criar uma interação regional maior?

D.M. – Sim. Sempre ajuda, porque é onde você está em mesas, em grupos, coordenando grupos, apresentando trabalhos, conhece pessoas. As pessoas te conhecem, às vezes tem uma surpresa. “Ah, você que é Dione Moraes? Já li seu trabalho. Meus alunos estão lendo.” Ou “você que é fulana? Te conheço.” Então você começa a ter essa visibilidade, também a ver outras pessoas,

encontrar outras pessoas. Tanto nos planos regional, quanto nacional. A gente também tem participado de eventos no plano nacional, internacional.

C.C. – Nacional uma experiência também muito comum é a valorização de espaços tipo da Anpocs, ou então as reuniões da ABA, SBS, ABCB, que, vamos dizer, para pessoas em universidades que não estão nesse eixo Rio – São Paulo – Belo Horizonte, são especialmente importantes, porque...

D.M. – Sim, sim. Então é um pouco isso. Eu, principalmente, já participei de pesquisas com... Por exemplo, nós realizamos uma pesquisa sobre migrantes, que eu fiz a proposição, chamei o Beto Novaes, o Chiquinho Pereira veio, a Maria Aparecida Moraes também. O Marcelo também, aqui da UFBA. Então juntamos quatro universidades, fizemos uma pesquisa interessante sobre migrações do Maranhão e do Piauí para o corte de cana em São Paulo. Lançamos um livro e um vídeo. Produzimos um vídeo e um livro sobre... O Beto, com a equipe dele de fazer cinema e tal. Você conhece o Beto Novaes? Roberto Novaes, da UFRJ. Ele vem investindo muito na produção de documentários e tal. Então fizemos essa articulação. Também uma outra pesquisa sobre cerrados com pesquisadores da França e do Brasil, sobre multifuncionalidade da agricultura. Também fizemos aqui no Piauí. E aí a gente vai se articulando. Eu estou me lembrando dessas duas, mas há outras. Vai se articulando com outros pesquisadores, outros grupos.

C.C. – Eu imagino que o impacto da internet tenha sido grande.

D.M. – Com certeza.

C.C. – Porque antes ficava muito isolado até pra conseguir bibliografia.

D.M. – É. Agora isso facilita muito, sem dúvida nenhuma. Então muitas bancas nós estamos realizando com professores convidados de outras universidades, que com a escassez de recurso atual, a gente tem feito por Skype. Isso também amplia bastante a presença de programas de outras universidades e docentes de outras universidades aqui com a gente, e vice-versa. Eu também já participei de banca por Skype em outras universidades. Então, assim, a gente vai nesse ritmo aí.

C.C. – Queria só te perguntar mais sobre o teu tema de pesquisa, campesinato, ruralidades. Tem diferentes palavras que você usou para mencionar. Comparando com o que você começou a estudar lá no final dos anos 1980 e nos anos 1990. Qual era a discussão sobre esse tema e o que é hoje, 20, 25 anos depois? O que mudou na abordagem desse homem do campo, entre aspas, que você...

D.M. – Primeiro eu quero dizer que eu tenho hoje duas grandes áreas de estudo: ruralidades e mais recentemente, já há uns... 15 anos, cultura. E aí vem políticas culturais, cultura e identidade, sociologia da cultura.

C.C. – Eu ia perguntar isso. Tem uma especialização em gestão da cultura também, não é?

D.M. – É, tem. Inclusive, meu pós-doutorado foi cultura e ruralidades. Eu juntei as duas coisas. Sim, mas o que eu vejo de diferente? Naquela época...

C.C. – É porque tem campesinato, sociologia rural. Ruralidades não é uma expressão da época. É mais recente.

D.M. – Não era. É um nome mais recente.

C.C. – O que muda nesses 20 anos?

D.M. – Talvez, quando eu tenha começado a estudar, primeira coisa: a própria categoria teórica campesinato, ela era largamente acionada e legitimada na academia. Nós ainda estávamos em uma discussão que bebia muito na fonte das teorias do campesinato para falar de povos rurais.

C.C. – Teoria marxista, basicamente.

D.M. – Não só, porque aí você tem a antropologia culturalista, com os antropólogos que estudaram a passagem do primitivo para o camponês. Quer dizer, o estudo do primitivo e do camponês não é a mesma coisa. Na teoria culturalista antropológica, o camponês é uma *part society*, enquanto o primitivo não, era uma *society*, digamos assim. Em alguns momentos você tem até um casamento entre referências teóricas marxistas, muito mais dos economistas como Chayanov, Tepicht e outros, com o pessoal da antropologia, porque algumas categorias, elas vão sendo apropriadas, empregadas, então você tem aí essa... Sem contar que nós temos uma sociologia brasileira, com nomes como Maria Isaura Pereira de Queiroz, que vai usar a

categoria sitiante, mas ela está falando do campesinato, também. O que está subjacente ao trabalho dela... e depois Klaas Woortmann e tal, vão falar em sitiante, mas é período campesinato. Em larga medida influenciada pela teoria marxista, mas não só. Então, naquele momento do meu mestrado, essa categoria era o que parecia explicar tudo. Era quase uma metanarrativa. Nós estávamos descolando um pouco de uma outra categoria, que era uma categoria tecnoburocrática das agências bancárias, que era pequeno, grande e médio, que a extensão rural também usava, mas que ela era criada para resolver a questão do financiamento, as linhas de crédito, etc. Então a academia também chegou a usar isso, mas o conceito era *campesinato e mundo rural*. A gente não falava exatamente ruralidades. Era mundo rural, ou meio rural. De lá para cá, eu vejo que nós fomos interpelados por uma multiplicidade de atores políticos, sociais, no campo, que nos provoca a repensar se a teoria do campesinato é suficiente. Então aí você vem, tem que incorporar a teoria dos movimentos sociais, mas também daquilo que alguns autores estão chamando hoje de *novo nominalismo*. Eu não jogaria fora a teoria do campesinato. Eu faria a crítica e mostraria os limites. Eu acho que há diálogos. Tem gente que acha que não, que teoria do campesinato não serve mais para nada. Eu tenho um pouco de receio dessas coisas de jogar tudo fora e parece que está inventando o mundo. Então hoje, nessa perspectiva, a gente não está pensando mais em olhar o mundo rural, está pensando em entender ruralidades como uma categoria que está muito relacionada à relação campo-cidade. Não dá mais para pensar uma coisa sem a outra. Pensar povos rurais em sua multiplicidade, diversidade cultural, política, de projetos, de modo de vida... que dialoga, do meu ponto de vista, com o conceito de campesinato. Reconhecendo essa cena política, essa multiplicidade de atores, é uma questão de a gente, na academia, reconhecer e procurar compreender o que que isso significa. Que projetos estão aí em cena, que disputas estão em cena. Não dá mais para jogar todo mundo no saco sem fundo do campesinato. Marx já dizia que era um saco. [riso] Não é nesse sentido que eu estou dizendo. No sentido de a gente na academia criar uma metanarrativa para dar conta de tudo. Eu acho que os desafios hoje eu vejo muito mais por aí e compreender, afinal de contas, o que são as ruralidades contemporâneas. Entrecortadas, inclusive, pelas tecnologias da comunicação, que você citava aí há pouco; pelos trânsitos muitas vezes cotidianos, entre o rural e o urbano. Então, por exemplo, orientei uma dissertação recentemente sobre esse trânsito aqui... Não sei se você sabe, Teresina é a capital brasileira com a maior área rural dentre as capitais. E nós temos aqui, próximo à cidade de Teresina, localidades rurais onde as pessoas praticamente vão dormir e voltam para trabalhar, mas algumas pessoas, não

só. Então você tem tanto pessoas vivendo da agricultura, quanto outro serviço, quanto o trânsito cotidiano rural-urbano. Então são novas realidades que a gente precisa entender e até trabalhar, no sentido metafórico, de olhar para ruralidades não só como um espaço geográfico, mas como um espaço simbólico. De repente, você tem sinais de ruralidades aqui também na capital. Eu me lembro quando eu comecei... Depois do doutorado eu voltei, porque minha tese se chama *Memórias de um sertão desencantado*, eu decidi que eu precisava trabalhar mais essa categoria sertão, que eu acho que era muito mal resolvida aqui no Piauí. Em Montes Claros nós temos, na entrada da cidade, um mural escrito assim: “Montes Claros: coração robusto do sertão.” Aqui em Teresina, Teresina não quer se identificar como sertão. Eu costumo dizer para os meus alunos que nós aqui somos um sertão envergonhado. E aí eu criei uma disciplina nas Ciências Sociais aqui, que se chama “Imagens e narrativa de sertão.” Ela foi incorporada ao currículo e a gente não trabalha a categoria de sertão desde a oposição sertão x litoral na construção da identidade nacional, todo aquele debate. Pensando o sertão como essa categoria de construção da identidade necessária na relação com o litoral e como essa metáfora, ela é atualíssima para pensar litoral e sertão em continuidade no Brasil contemporâneo até hoje. Algo que tem que ser domado, vencido, acomodado, que não consegue, que está aí pulsando como uma força, ou forças, às vezes incompreensíveis. Depois trabalhávamos sertão como algo presente não só no Nordeste e depois o sertão nordestino. E aí trabalhávamos tanto a linguagem acadêmica, quanto a linguagem literária, cinematográfica, etc. Uma disciplina muito interessante. Viajávamos para dois lugares, que é onde ocorreu a Batalha do Jenipapo. Você deve conhecer da história do Piauí. É uma das lutas pela independência, que é aqui em Campo Maior. Lá tem o monumento. E para Caxias, no Maranhão, onde a Balaiada também eclodiu a partir de lá. E aí a gente estudava as lutas pela independência do sertão nesses dois lugares, fazendo aula de campo, levando historiador, etc. E aí a gente voltava para repensar essa categoria sertão de uma outra forma. Eu acho que com o rural está acontecendo algo semelhante. A gente pensava o rural como o mundo rural, ou o rural, e aí hoje nós somos interpelados para refletir. Evidentemente isso não acontece por nossa graça e inteligência, mas por todo um debate, inclusive internacional, sobre o rural contemporâneo em outros países, na América Latina, na Europa, etc. E hoje a gente é interpelado para refletir sobre essa ruralidade, inclusive em termos simbólicos mesmo, não só na dimensão espacial, geográfica, mas também. Então acho que... essa mudança eu considero importantíssima. Mas, considero que hoje nós temos situações que, se você analisar o processo, que vem daquela época para hoje, do que vem acontecendo no

Brasil, hoje nós temos um desafio enorme de pensar... Eu costumo dizer que nós temos no Brasil uma definição política de território baseada no agronegócio e essa é uma questão política e estratégica extremamente importante para se refletir nas ciências sociais de hoje. Como é que a gente vai pensar essa economia política do território baseada no agronegócio como nós estamos vendo hoje. Então, talvez, a questão agrária hoje... Naquela época era campesinato e modernização da agricultura, campesinato e o complexo agroindustrial... Talvez hoje seja campesinato, agricultura familiar e agronegócio, para a gente poder pensar. Porque a questão agrária, ela não desapareceu. E aí tem os movimentos sociais todos, além do Movimento Sem Terra, outros tantos aí pelo campo e outras identidades emergindo. Agora a Antropologia está aqui com um projeto de emergência étnica, porque até ponto tempo se dizia que não tinha índio no Piauí. Vou te contar um fato aqui que vocês vão rir. Há cerca de 10 anos... não, menos, oito anos, mais ou menos. Um orientando de graduação chegou: “Professora, eu quero fazer minha monografia sobre índios no Piauí, que no município de Piri Piri tem gente dizendo que é índio. Mas eu procurei, inclusive, um professor de Antropologia disse que eu deixasse isso de lado, que não existia índio aqui, não. O que tem aqui é uma indiolândia, é uma invenção. E eu estou tão triste, professora.” Falei: “Não, mas uma pessoa que quer pesquisar não pode ficar triste. Vamos ver o que é possível fazer. Você já esgotou suas buscas?” “Já. Não consegui ninguém.” Nós já tivemos aqui uma professora que trabalhou etnologia, mas tem muito tempo. Ela já foi embora, está em Santa Catarina hoje, que é a Vilma. E aí depois disso ninguém queria trabalhar com índio. Eu também não tenho experiência. Falei: “Olha, eu trabalho com memória, oralidade. Se você quiser trabalhar com esse grupo que está se dizendo índio, para entender essa história que eles estão narrando, isso eu posso te orientar.” “Ah, professora, que bom!” Ele fez a monografia. Chama *Índios de Piri Piri*. Pronto. Hoje a Antropologia aqui está com um projeto de emergência étnica e um dos grupos é de Piri Piri.

C.C. – Esse é um fenômeno que aconteceu no Nordeste todo, não é?

D.M. – É... Um grupo de pesquisa de emergência étnica! Há oito anos aqui, por exemplo, um antropólogo chegou a dizer que não tinha, que era besteira, que ele procurasse outra coisa para fazer. Então, assim, essas emergências de vários povos... Eu agora estou com um projeto para estudar o canto de trabalho das quebradeiras de coco.

C.C. – Agora, essas emergências, elas também colocam desafios para a comunidade acadêmica.

D.M. – Sim.

C.C. – Talvez há 30 anos fosse uma relação mais distanciada. Porque tem aqui os intelectuais estudando lá os povos nativos, camponeses, índios....

D.M. – Subordinados ao capital.

C.C. – Agora não. É, exatamente...

D.M. – Mas eu acho que, a partir dos anos 1980, isso mudou um pouco, não é? Nos anos 1980 houve uma eclosão de movimentos sociais. A gente já começou a discutir um pouco, mas mais recentemente isso está absolutamente incontornável. É isso que eu digo. Nós somos interpelados o tempo inteiro por essa multiplicidade de atores políticos, de projetos políticos, de emergências étnicas e outras.

C.C. – O tema da cultura, memória, identidade, como é que ele surgiu?

D.M. – Então, na verdade, memória já estava na minha tese de doutorado, porque eu queria mostrar que estava em curso uma construção de uma memória que obliterava outras memórias. É o que eu vou chamar de memória dominante, ou narrativa mestra na minha tese, que era essa narrativa do governo, dos empresários, que acaba construindo uma memória. Eu trabalhei o processo de memória como também a memória do acontecendo, que vai plasmando um imaginário e que vai construindo imagens e as pessoas começam a acreditar naquilo. Então eu já vinha com esse tema. Depois da tese eu decidi investir mais na categoria sertão, porque eu estava falando de um sertão que ninguém chamava de sertão. “Não, cerrado é cerrado.” Na minha tese eu mostrei que o nome cerrado vem depois, à medida que o espaço brasileiro vai recebendo denominações, mas tudo era sertão em oposição ao litoral. E o próprio Darcy Ribeiro, quando ele vai falar do povo brasileiro, ele mostra que a área de sertão, ela vai mais adiante. E tem estudos, por exemplo, que encontraram sertão no Rio Grande do Sul. A categoria sertão na fala de povos locais. Aí eu já comecei a entrar mais nessa perspectiva de trabalhar oralidade, que eu já trabalhei na minha tese. Eu trabalhei com história de vida na minha tese. Eu tenho quatro histórias de vida: uma camponesa e três camponeses, na minha tese. Aí depois eu investi mais nesse trabalho com oralidade, orientei trabalhos com base na oralidade. A própria memória oral da Batalha do Jenipapo com pessoas idosas em Caxias. Orientei sobre a Batalha do Jenipapo aqui também, a tradição oral sobre a Batalha do Jenipapo, que é o que não

tem nos livros de história. São outras narrativas. E isso foi me despertando interesse para investir mais teoricamente, academicamente, e aí vem o programa de Políticas Públicas com uma linha Cultura, identidade e processos sociais. E eu vou para essa linha. Nessa linha eu comecei a trabalhar com tópicos especiais em cultura e identidade. Ao mesmo tempo, esqueci de falar, sempre trabalhei muito com metodologia de pesquisa em Ciências Sociais, tanto na graduação, quanto na pós-graduação. É outra vertente. Aí fui fazendo mais investimentos. Isso conflui no meu pós-doc pra... Antes do pós-doc eu fiz especialização em gestão da cultura, que é um projeto do Ministério da Cultura, de formação de gestores culturais no Nordeste. Eu fui convidada como docente para depois a gente replicar. Só que aqui eu não consegui fazer isso com o governo do estado ainda. Já fui lá me oferecer.

C.C. – O curso você fez na Federal Rural de Pernambuco?

D.M. – Não, foi uma... Na verdade, a Federal Rural, ela certificou, porque tinha que sair o diploma por uma universidade, mas foi uma articulação entre Ministério da Cultura, Fundação Joaquim Nabuco e Universidade Federal Rural. Na época, por questões burocráticas, foi a universidade que pôde encampar para emitir o certificado. Esse curso era itinerante. Cada mês era uma semana em uma capital do Nordeste. Nós éramos 50 pessoas de vários estados do Nordeste, inclusive aqui em Teresina houve também, e a gente ficava circulando. E aí no pós-doc eu juntei esses dois grandes campos: cultura e ruralidades. O que eu percebo, uma coisa que eu comecei a me dar conta de que, sobretudo recentemente... Nos anos 1990, a partir de quando começa a entrar muito nesse debate sobre desenvolvimento territorial, por várias entradas, e isso passa a entrar na agenda da gestão pública e também na agenda acadêmica, e aí discussão sobre desenvolvimento territorial, o que eu percebo? Quando se fala em rural, o protagonismo é colocado em políticas econômicas e sociais. Uma vez eu escrevi um texto. “A gente quer comida, diversão e arte”, com base na música dos Titãs, porque não tem. Aí cultura entra como um apêndice, que ninguém põe mesmo para ficar em dia com o debate internacional e tal, a satisfazer o Banco Mundial que está financiando, mas não é tratado seriamente. Aí eu resolvi fazer algumas provocações no meu pós-doutorado sobre isso. Como é que a gente vem pensando, no Brasil, a relação entre cultura e ruralidades. Por um lado, uma rica produção socioantropológica de estudo sobre modos de vida, expressões culturais, etc. Por outro lado, um vazio no que tange a pensar: “Espera aí. E do ponto de vista das políticas de cultura? O que que é mesmo que a gente pensa em relação a povos rurais? Precisam apenas de políticas

econômicas e sociais?” Então a gente vê que nos programas políticas de cultura não têm protagonismo. Isso me interpelou um pouco. Eu fiquei implicada com essa questão e aí resolvi trabalhar isso no doutorado, no pós-doutorado.

C.C. – Que seria a tua linha de pesquisa mais atual.

D.M. – É. Aí agora eu estou nos dois campos. Por exemplo, no programa de Sociologia um semestre... Eu ministro disciplina todos os semestres, na graduação e na pós. Um semestre eu trabalho com Sociologia da cultura e o outro semestre com Sociologia rural. Às vezes divido com colegas, convido. “Vamos fazer sociologia rural aqui juntos, para diminuir mais?” Mas tem sido um pouco assim. E com cultura e identidade no programa de Políticas Públicas. Esse seminário, ele é o encerramento... Para potencializar, eu estou com duas turmas de programa de pós-graduação esse semestre: mestrado e doutorado de Políticas Públicas e mestrado em Sociologia. O que eu fiz? Eu juntei as duas turmas em um horário só. A turma fica grande, mas... Porque uma é Sociologia da cultura, a outra é Cultura e identidade. O programa é basicamente o mesmo. Aí eu provoquei as duas turmas. “Por que nós não encerramos com um debate sobre cultura e gestão pública no Piauí?” A gente fez isso aqui na universidade ainda. A turma topou, a gente está fazendo isso para encerrar. E aí, pelo menos, temos confirmado o secretário estadual de cultura vem, o superintendente municipal vem, representante dos conselhos estadual e municipal vem e gestores do período, do momento, do governo Lula, quando o Sistema Nacional de Cultura e o Plano Nacional de Cultura estavam sendo gestados, e que hoje a gente não ouve nada sobre isso de quem está assumindo as pastas, se é que elas vão continuar, ninguém sabe...

C.C. – Isso é amanhã?

D.M. – É amanhã. Vai ser só um dia, mas...

C.C. – Que ótimo, então. Chegamos até hoje. É amanhã já!

D.M. – Eu não sei se você teria mais alguma coisa para perguntar...

C.C. – Foi ótimo! Um percurso, aqui na entrevista, muito interessante, acompanhando sua trajetória... Só fazer, de curiosidade, uma pergunta que eu passei a fazer...

D.M. – Fica à vontade, porque tem coisa que a gente não consegue falar. Eu, então, que tenho uma fala muito indo e vindo.

C.C. – Não, muito organizada e cobriu toda a tua trajetória e também discutindo questões das áreas temáticas que você lidou e também da universidade. Foi muito bom. Mas uma curiosidade, – e é curiosidade mesmo –, que eu comecei a fazer essa pergunta há muito tempo para os entrevistados. Se você tivesse que destacar um livro que te marcou na tua trajetória, uma leitura, o que você lembraria?

D.M. – Na minha trajetória?

C.C. – É. Na tua formação, o que você pensa?

D.M. – Teria que ser um livro da área de Ciências Sociais? Qualquer livro?

C.C. – Que você leu que...

D. M. – Já na vida profissional?

C.C. – Tanto faz.

D.M. – Não?

C.C. – Pode ser profissional, ou...

D.M. – Pode ser antes? Gente, como é que eu vou escolher um livro? [riso] Deixa eu pensar aqui. Antes, quando eu era ainda adolescente, que lia as coisas escondida do meu pai, foi Shakespeare, *Sonhos de uma noite de verão*. Porque eu não entendi muita coisa e aquilo que eu li ficou anos na minha memória afetiva, na tentativa de compreender. E é uma coisa muito curiosa, que você vai compreendendo aos poucos. Hoje, essa experiência, ela é muito utilizada por mim em sala de aula, porque hoje, cada vez mais, a gente vê, até pelo momento que a gente está vivendo, e a gente, como professor e educador tem que compreender isso, que há uma tendência, às vezes, de as pessoas não terem mais paciência para ler muito, ler livro físico. Eu não estou aqui é, digamos assim, condenando, mas é uma constatação. “Ah, professora, mas esse texto é muito difícil.” Eu digo: “Olha...” Aí eu conto a história: “Vocês lerem um texto de um autor é difícil, é a primeira vez. Aí vocês vão ler outras vezes, vocês vão ficar com aquilo, pensando. Outras leituras que vocês vão fazer vão ajudando vocês a compreender coisas que

não compreenderam e aí vai.” No campo das Ciências Sociais tem um livro de um pensador dos anos 1960. Ele talvez seja bem citado, que é Wright Mills e *A imaginação sociológica*. Parece já uma figurinha carimbada, mas é porque ele fez uma provocação muito especial, para mim, quando ele fala do artesanato intelectual, que é outro elemento que eu sempre insisto com meus alunos. “Vão registrando o que vocês fazem, montem seus arquivos.” A gente acaba conseguindo escrever com muito mais facilidade quando tem as coisas lá. Quando eu estudava, eu fazia ficha à mão. Hoje não, estudo muito facilitado. Eu conto para eles: “Sabe como eu trabalhei entrevista da minha dissertação de mestrado? Foi recortando. Ia para o mimeógrafo, que vocês, muitos aqui, não sabem nem o que é.” Aí recortava as tiras e colava para fazer um tema com os recortes das falas e tal. Hoje não, basta colocar uma tarjuzinha amarela, rosa, azul e já monta um mapa de leitura de entrevista e tal. Então aquela passagem do artesanato intelectual me é muito cara. E mais recentemente um livro assim... Ele me trouxe uma... Eu sou de uma tradicional família mineira: tenho irmão seminarista, cantei em coro de igreja... fiquei ateia na adolescência, hoje eu sou agnóstica, não pratico nenhuma religião. Mas um livro que eu li já mais tardiamente, *O evangelho segundo Jesus Cristo*, ele teve um diálogo muito profundo com a minha trajetória de formação religiosa, porque ele humanizou. Ele humanizou Deus, humanizou Cristo e eu achei isso muito interessante. É claro que eu já tinha elaborado muito essa coisa na minha cabeça, mas é um livro que eu tenho uma afeição por aquela leitura. Tanto é que eu dei o livro depois para outras pessoas lerem. [riso]

C.C. – Ótimas lembranças. Bom, Dione, muito obrigado pelo seu tempo. Foi um prazer entrevistá-la.

D.M. – Eu que agradeço. Muito obrigada.

[FINAL DO DEPOIMENTO]